

26 de abril de 2024

Ano XVII - Nº 1.343 - R\$ 0,50

## Obras em bairro de São Pedro da Aldeia entram em fase final

As obras do Governo do Estado no bairro Colina, em São Pedro da Aldeia, estão próximas do fim. O projeto, executado por meio da Secretaria das Cidades em parceria com a prefeitura, chegou a 90% de execução...

Pág 02

## Google não permitirá anúncios de políticos nas eleições de outubro

O Google anunciou nesta quarta-feira (23) que não vai permitir anúncios políticos nas eleições municipais de outubro. A medida foi tomada pela plataforma em função da resolução...

Pág 02

## Adolescente é apreendido por tráfico no feriado em Araruama

Na tarde da última terça-feira (23), um adolescente foi apreendido em flagrante com drogas e armas de fogo após tentar atirar contra uma equipe da Polícia Militar no bairro Fazendinha, em Araruama. De acordo com os policiais...

Pág 02

## Alunos de escolas públicas podem ter cartão para compra de uniforme

O Programa "Cartão Uniforme", destinado à compra de uniformes pelos estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino, poderá ser criado no Estado do Rio. A autorização consta no Projeto de Lei 748/23...

Pág 06

## Ministério do Turismo investe R\$ 34 milhões em obras de infraestrutura turística



## Obras em bairro de São Pedro da Aldeia entram em fase final



As obras do Governo do Estado no bairro Colina, em São Pedro da Aldeia, estão próximas do fim. O projeto, executado por meio da Secretaria das Cidades em parceria com a prefeitura, chegou a 90% de execução e inclui serviços de drenagem, pavimentação e calçamento, mudando a rotina dos mais de 13 mil moradores da região.

Até o fim das intervenções, serão investidos mais de R\$12 milhões em melhorias.

As ações bene-

ficiam as ruas Monteiro Lobato, Cássia Kiss, Primavera, José Vicente Mattos, Monte Verde, Central Colina, Paixão, Estrela Azul, Duque de Caxias, Travessa Horizonte e Pedreira.

### Estrada da Boa Vista

Já as obras nos 6 quilômetros da Estrada da Boa Vista, também em São Pedro, seguem avançando. Drenagem, pavimentação e calçamento serão executados no projeto que terá investimentos que ultrapassam R\$12,6 milhões.

## Google não permitirá anúncios de políticos nas eleições de outubro

O Google anunciou nesta quarta-feira (23) que não vai permitir anúncios políticos nas eleições municipais de outubro.

A medida foi tomada pela plataforma em função da resolução aprovada em fevereiro deste ano pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para restringir o uso de inteligência artificial (IA) e determinar a adoção de medidas de combate à circulação de fatos inverídicos ou descontextualizados.

Em nota, o Google informou que a restrição aos anúncios começará em maio, quando as resoluções do TSE entrarão em vigor.

A empresa também declarou que apoia a integridade das eleições. “Vamos atualizar nossa política de conteúdo político do Google Ads para não mais permitir a veiculação de anúncios políticos no país. Essa atualização acontecerá em maio, tendo em vista a entrada em vigor



das resoluções eleitorais para 2024. Temos o compromisso global de apoiar a integridade das eleições e continuaremos a dialogar com autoridades em relação a este assunto”, informou a empresa.

Pelas regras do TSE, as redes sociais deverão tomar medidas para impedir ou diminuir a circulação de fatos inverídicos ou descontextualizados. As plataformas que não retirarem conteúdos antidemocrá-

ticos e com discurso de ódio, como falas racistas, homofóbicas ou nazistas, serão responsabilizadas.

A resolução também regulamenta o uso da inteligência artificial durante as eleições municipais de outubro.

A norma proíbe manipulações de conteúdo falso para criar ou substituir imagem ou voz de candidato com objetivo de prejudicar ou favorecer candidaturas. A restrição do uso de chatbots (software que si-

mula uma conversa com pessoas de forma pré-programada) e avatares (corpos virtuais) para intermediar a comunicação das campanhas com pessoas reais também foi aprovada.

O objetivo do TSE é evitar a circulação de montagens de imagens e vozes produzidas por aplicativos de inteligência artificial para manipular declarações falsas de candidatos e autoridades envolvidas com a organização do pleito.

### LOGUS AMBIENTAL LTDA-ME

CNPJ: 07.766.805/0001-90

Site: [www.logusnoticias.com.br](http://www.logusnoticias.com.br)

E-mail: [logusnoticias@hotmail.com](mailto:logusnoticias@hotmail.com)

Av. Edgar Gismonti, nº 90, Centro, Carmo-RJ

Cep: 28640-000

Tel: (22) 99251-8728

(Ligações e Whatsapp)

Circulação: Interior do Estado do Rio de Janeiro

Jornalista Responsável

André Salles - MTB 0036747/RJ

A direção do Jornal Logus não endossa, necessariamente, as opiniões emitidas em artigos ou matérias assinadas por seus colaboradores

Tiragem: 5.000 exemplares

## Adolescente é apreendido por tráfico no feriado em Araruama

Na tarde da última terça-feira (23), um adolescente foi apreendido em flagrante com drogas e armas de fogo após tentar atirar contra uma equipe da Polícia Militar no bairro Fazendinha, em Araruama.

De acordo com os policiais, uma equipe do Grupamento de Ações Táticas (GAT) recebeu informações sobre a presença de traficantes de drogas na área conhecida como “UTA”, na Fa-

zendinha. Ao avistar a polícia no local, o sujeito reagiu à abordagem dos policiais atirando contra os agentes.

Apesar dos disparos, os policiais conseguiram deter o infrator. Durante a ação, foram apreendidos com ele um revólver calibre 38, uma pistola calibre 9mm, ambas com numeração suprimida, munições, 20 cápsulas de cocaína, 14 pedaços de maconha, 19 pedras de crack, 12 unidades

de skank e R\$ 4,00 em espécie.

O adolescente de 16 anos, identificado pelo vulgo “Cabelinho”, já possuía duas anotações criminais por tráfico de drogas, de acordo com o artigo 33 da Lei 11.343/06.

Ele foi novamente encaminhado à 118ª Delegacia Policial, e autuado pelo ato infracional análogo aos crimes de tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo e tentativa de homicídio.

## PM efetua apreensão de drogas no Mataruna

Na noite da última segunda-feira (22), uma operação da Polícia Militar resultou na apreensão de drogas no bairro Parque Mataruna, em Araruama, na Rua Horácio Vieira.

Segundo a ocorrência, uma

equipe da PM estava patrulhando a localidade quando recebeu a informação sobre um possível esconderijo de entorpecentes. Após buscas no local indicado, os agentes localizaram e apreenderam 13

buchas de maconha.

Todo o material apreendido foi encaminhado à 118ª Delegacia de Polícia de Araruama, onde o caso foi registrado e será investigado.

## Em menos de um ano de atuação do Comitê de Segurança, houve redução de 98% de ameaças de ataques às escolas

Quase um ano após a criação do Comitê Intersetorial de Segurança Escolar (Cise), o número de notificações de ameaças de ataques às escolas teve redução de 98% no segundo bimestre de 2024, se comparados ao mesmo período de 2023. O resultado é referente a todas as redes de ensino do Rio de Janeiro, segundo os dados da Polícia Civil. Criado em maio de 2023 pelo governador Cláudio Castro para o enfrentamento às ações hostis, o comitê é presidido pela Secretaria de Estado de Educação.

- Como aluno da rede estadual que fui, tenho grande preocupação em proporcionar um ensino de qualidade para nossos alunos, mas também em protegê-los. O Governo do Estado vem trabalhando incansavelmente para proteger a nossa rede escolar, proporcionando um ambiente seguro e de paz para que os jovens e crianças possam se concentrar nos estudos e na construção de um futuro melhor - destacou o Cláudio Castro.

A secretária de Estado de Educação, professora Roberta Barreto, disse que a redução vai além do trabalho do grupo.

— Nosso trabalho também é prevenir, conter ou mesmo mitigar a violência escolar, mas somente a conscientização, aliada às políticas públicas de qualidade e a ampla divulgação é capaz de reduzir o número de ataques. O resultado obtido neste um ano de trabalho é prova disso. O Cise seguirá vigilante e atuante para manter a paz nas escolas.

Fazem parte do Comitê Intersetorial de Segurança Escolar o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, as polícias Civil e Militar, secretarias de Estado e municipais, membros da sociedade civil e da rede privada de ensino, entre outros. O principal objetivo é a promoção da cultura de paz nas escolas.

— Algumas datas são



tidas como sensíveis por serem ligadas a fatos que marcaram de alguma forma a história, uma espécie de calendário de efemérides violentas, como o aniversário de Adolf Hitler, o dia dos massacres de Columbine (EUA) e de Realengo, no Rio de Janeiro. Nessas ocasiões, registros de ameaças e ataques eram frequentes, panorama muito diferente do que se tem hoje. Isso é fruto do trabalho que vem sendo realizado nas escolas — afirmou o delegado da Polícia Civil, Robson Silva, que integra o comitê.

Para atuar no combate e na prevenção de situações de violência nas escolas, a Seeduc criou o SegPaz - Plano de Ações Integradas de Segurança e Cultura de Paz nas Escolas, que engloba o Registro de Violência Escolar (RVE), ferramenta que tem norteado as ações de prevenção da Se-

cretaria de Educação com as unidades que mais precisam de acompanhamento, a fim de melhorar a cultura de paz no ambiente escolar, além da possibilidade de comunicação de casos como ameaças, bullying, racismo, furto, agressão, entre outras violações de direitos, sejam presenciais ou virtuais.

### Treinamento nas escolas

A Secretaria de Estado de Educação firmou uma parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para o treinamento de professores da rede estadual que trabalham em áreas consideradas de risco. Os profissionais são treinados no programa "Acesso Mais Seguro", para seguirem protocolos internacionais de segurança em situações de conflitos armados.

O trabalho começou em outubro e vem sendo desenvol-

vido ao longo do ano em mais de 180 unidades mapeadas pela PM, começando por aquelas localizadas nas regiões dos complexos da Maré e do Alemão. Além disso, 4.400 educadores já foram treinados pela Polícia Militar para atuarem em gerenciamento de crise e adotarem medidas emergenciais até a chegada dos agentes de segurança na escola.

### Ferramentas de combate à violência

Outro aliado no combate à violência é o aplicativo Rede Escola. A ferramenta foi criada pela Polícia Militar para contato direto dos profissionais e alunos com o órgão, que tem um botão de emergência discreto para ser acionado em casos de ataques às unidades escolares. Desde que foi lançado, em julho do ano passado, o aplicativo já teve quase 4 mil

downloads.

Assim que o botão é acionado, a solicitação cai diretamente na mesa do operador da Central 190 responsável pelo despacho de viaturas, sem necessidade de ligação telefônica. Por meio do aplicativo, o operador recebe o pedido de socorro em tempo real e aciona a viatura mais próxima da escola.

Já o projeto "Gerando um Amanhã Responsável", do Departamento Geral de Ações Socioeducativas - Degase, que envolve palestras e tem o objetivo de estimular a reflexão e o debate entre adolescentes e jovens estudantes sobre questões como violência, uso de substâncias ilícitas e comportamentos infracionais, reforça valores que promovam relações não violentas, através da apresentação de fatos, vivências e troca de ideias

## Anvisa publica resolução que proíbe cigarro eletrônico no Brasil



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou nesta quarta-feira (24) resolução que proíbe a fabricação, a importação, a comercialização, a distribuição, o armazenamento, o transporte e a propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar, popularmente conhecidos como cigarro eletrônico.

O texto define os dispositivos eletrônicos para fumar como “produto fumígeno cuja geração de emissões é feita com auxílio de um sistema alimentado por eletricidade, bateria ou outra fonte não combustível, que mimetiza o ato de fumar”. Estão incluídos na categoria e, portanto, proibidos:

- produtos descartáveis ou reutilizáveis;
- produtos que utilizem matriz sólida, líquida ou outras, dependendo de sua construção e design;
- produtos compostos por unidade que aquece uma ou mais matrizes: líquida (com ou sem nicotina); sólida (usualmente composta por extrato ou

folhas de tabaco – trituradas, migadas, moídas, cortadas ou inteiras, ou outras plantas); composta por substâncias sintéticas que reproduzam componentes do tabaco, de extratos de outras plantas; por óleos essenciais; por complexos vitamínicos, ou outras substâncias;

- produtos conhecidos como e-cigs, electronic nicotine delivery systems (ENDS), electronic non-nicotine delivery systems (ENNDS), e-pod, pen-drive, pod, vapes, produto de tabaco aquecido, heated tobacco product (HTP), heat not burn e vaporizadores, entre outros.

A publicação proíbe ainda o ingresso no país de produto trazido por viajantes por qualquer forma de importação, incluindo a modalidade de bagagem acompanhada ou bagagem de mão. “O não cumprimento desta resolução constitui infração sanitária”, destacou a Anvisa no texto.

### Entenda

Na última sexta-feira (19), a diretoria colegiada da Anvisa decidiu por manter a proibição de cigarros eletrônicos no Brasil. Os cinco diretores da agência votaram para que a vedação, em vigor desde 2009, continue no país. Com a decisão, qualquer modalidade de importação desses produtos fica proibida, inclusive para uso próprio.

Em seu voto, o diretor-presidente da Anvisa e relator da matéria, Antonio Barra Torres, leu por cerca de duas horas pareceres de 32 associações científicas brasileiras, além de posicionamentos dos ministérios da Saúde, da Justiça e Segurança Pública e da Fazenda. Ele citou ainda consulta pública realizada entre dezembro de 2023 e fevereiro deste ano sobre o tema.

Em seu relatório, Barra Torres se baseou em documentos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da União Europeia e em decisões do governo da Bélgica de proibir a comercialização de todos

os produtos de tabaco aquecido com aditivos que alteram o cheiro e sabor do produto. Ele lembrou que o Reino Unido aprovou um projeto de lei que veda aos nascidos após 1º de janeiro de 2009, portanto, menores de 15 anos, comprarem cigarros.

A representante da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) no Brasil, Socorro Gross, apontou que o país é reconhecido internacionalmente por sua política interna de controle do tabaco desde o século passado. “Essa medida protege, salva vidas, promove efetivamente a saúde pública e é um passo crucial para um ambiente mais saudável e seguro para todas as pessoas”.

Também foram apresentados argumentos pedindo a regulamentação do consumo e da venda dos produtos pela Anvisa, apontando a redução de danos aos fumantes de cigarro comum e o combate à venda ilegal de produtos irregulares, sem controle toxicológico e de origem desconhecida.

O diretor da British American Tobacco no Brasil, Lauro Anhezini Júnior, afirmou que consumidores estão sendo tratados como cidadãos de segunda classe. O representante da indústria de cigarros pediu que as decisões sejam tomadas com base na ciência. “Não é a ciência apenas da indústria, é a ciência independente desse país que também comprova que se tratam de produtos de redução de riscos. Cigarros eletrônicos são menos arriscados à saúde do que continuar fumando cigarro comum”.

O diretor de Comunicação da multinacional Philip Morris Brasil, Fabio Sabba, defendeu que a atual proibição tem se mostrado ineficaz frente ao crescente mercado ilícito e de contrabando no país. “Ao decidir pela manutenção da simples proibição no momento que o mercado está crescendo descontroladamente, a Anvisa

deixa de cumprir o seu papel de assegurar que esses 4 milhões de brasileiros ou mais consumam um produto enquadrado em critérios regulatórios definidos. É ignorar que o próprio mercado está pedindo regras de qualidade de consumo”.

### Os dispositivos

Os dispositivos eletrônicos para fumar são também conhecidos como cigarros eletrônicos, vape, pod, e-cigarette, e-ciggy, e-pipe, e-cigar e heat not burn (tabaco aquecido). Embora a comercialização no Brasil seja proibida, eles podem ser encontrados em diversos estabelecimentos comerciais e o consumo, sobretudo entre os jovens, tem aumentado.

Desde 2003, quando foram criados, os equipamentos passaram por diversas mudanças: produtos descartáveis ou de uso único; produtos recarregáveis com refis líquidos (que contêm, em sua maioria, propilenoglicol, glicerina, nicotina e flavorizantes), em sistema aberto ou fechado; produtos de tabaco aquecido, que possuem dispositivo eletrônico onde se acopla um refil com tabaco; sistema pods, que contém sais de nicotina e outras substâncias diluídas em líquido e se assemelham a pen drives, entre outros.

A maioria dos cigarros eletrônicos usa bateria recarregável com refis. Esses equipamentos geram o aquecimento de um líquido para criar aerossóis (popularmente chamados de vapor) e o usuário inala o vapor.

Os líquidos (e-liquids ou juice) podem conter ou não nicotina em diferentes concentrações, além de aditivos, sabores e produtos químicos tóxicos à saúde - em sua maioria, propilenoglicol, glicerina, nicotina e flavorizantes.

No site da Anvisa, é possível ter mais informações sobre os cigarros eletrônicos.

TESTE SEUS CONHECIMENTOS

# 4 VERDADES

# 1 MENTIRA

1 Amo encontrar água parada para me proliferar

2 Causo desidratação, entre outros sintomas

3 Gosto de picar, inclusive gestantes e crianças

4 A doença que eu causo é transmissível entre humanos

5 Posso até matar



## Alunos de escolas públicas podem ter cartão para compra de uniforme

O Programa “Cartão Uniforme”, destinado à compra de uniformes pelos estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino, poderá ser criado no Estado do Rio. A autorização consta no Projeto de Lei 748/23, de autoria original da deputada Célia Jordão (PL), que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou nesta quarta-feira (24/04), em discussão única. A medida segue para o governador Cláudio Castro, que tem até 15 dias úteis para sancioná-la ou vetá-la.

A concessão será feita uma vez ao ano, podendo se dar por meio de auxílio financeiro des-

tinado à aquisição das peças pelos pais ou responsáveis legais dos estudantes, ou por meio de distribuição direta dos uniformes adquiridos pela Secretaria de Estado de Educação. O benefício poderá ser implementado de forma escalonada.

O texto prevê medidas de combate a fraudes, tanto dos beneficiários quanto dos estabelecimentos comerciais. No primeiro caso, os pais ou responsáveis legais estarão sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis ao caso. Já para os estabelecimentos, o texto prevê a suspensão da participação no programa.

## Licença Ambiental de Araruama

### PROCESSO Nº 64/2024

**Adelimara Simonaci**, CPF nº 839.389.157-49, torna público que **RECEBEU** a **Licença Ambiental Prévia nº 0044/2024**, de acordo com o Artigo 70 da Lei Complementar Nº 138/2018, para a(s) atividade(s) de Projeto para aprovação de acréscimo em edificação unifamiliar, situada no seguinte endereço: Rua Vênus (antiga Rua Existente 7), lote 41, quadra 13, loteamento Vila Cassia, Praia Seca, Zona Urbana do Município de Araruama.

Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas e instruções de Licenciamento da SEMAG.

### PROCESSO Nº 757/2024

**POSTO ATLÂNTICO DE PRAIA SECA LTDA**, CNPJ nº 02.300.211/0001-75, torna público que **RECEBEU** a **Licença Ambiental de Operação nº 0045/2024**, com validade em 17/04/2028, de acordo com o Artigo 70 da Lei Complementar Nº 138/2018, para a(s) atividade(s) conforme CNPJ: 47.31-8-00: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; 47.32-6-00: Comércio varejista de lubrificantes e 56.11-2-03: Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, situado no seguinte endereço: Rodovia Cabo Frio – Niterói, s/nº, Lote 272, Quadra 20 – Praia Seca – Zona Urbana do Município de Araruama.

Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas e instruções de Licenciamento da SEMAG.

## Ministério do Turismo investe R\$ 34 milhões em obras de infraestrutura turística

O Ministério do Turismo (MTur) segue investindo recursos para viabilizar obras de infraestrutura turística para melhorar atrativos em destinos brasileiros. Apenas no primeiro trimestre de 2024 foram destinados cerca de R\$ 34 milhões a estados e municípios. São melhorias que envolvem reforma de orlas, construção de centros de eventos e praças públicas, além de implementação de sinalização turística. Ao todo, são 76 obras espalhadas em 71 municípios brasileiros já nos três primeiros meses do ano.

Entre janeiro e março, os estados da região Nordeste foram beneficiados com cerca de R\$ 25 milhões. Já a região Sul recebeu investimentos na ordem de mais de R\$ 4 milhões, seguida do Sudeste e do Norte do País com quase R\$ 2 milhões cada, e a região Centro-Oeste, que até o momento recebeu R\$ 673 mil.

As obras apoiadas pelo MTur são realizadas em municípios onde a aplicação de recursos públicos segue para destinos que adotam o turismo como estratégia de investimento e de retorno

econômico. As verbas são provenientes do orçamento próprio do órgão e, também, de emendas parlamentares apresentadas à Pasta.

### BALANÇO

Em 2023, o órgão repassou R\$ 380 milhões para a conclusão de mais de 500 obras, em 214 municípios espalhados pelo Brasil. Além disso, no ano passado foram iniciadas, ainda, outras 279 obras de infraestrutura turística promovidas com recursos do Ministério do Turismo em todo o país.

## Saque Calamidade do FGTS é liberado para moradores de Teresópolis atingidos pelas chuvas

Moradores de Teresópolis, na Região Serrana do Rio, que tiveram seus imóveis afetados pelas chuvas de março deste ano já podem solicitar o Saque Calamidade do FGTS.

O benefício, liberado pela Caixa Econômica Federal a pedido da Prefeitura, garante o acesso ao saldo disponível na conta do FGTS para auxiliar na recuperação dos danos causados pelo desastre.

O prazo para solicitação vai até 22 de junho de 2024.

### Quem tem direito

Têm direito ao benefício os moradores das áreas afetadas que tiveram seus imóveis atingidos ou interditados, identificados pela Defesa Civil Municipal.

É necessário possuir saldo na conta do FGTS e não ter realizado saque pelo mesmo motivo em período inferior a 12 meses. O valor máximo para retirada é de R\$ 6.220,00 por conta vinculada.

A solicitação é realizada de forma fácil e rápida pelo aplicativo FGTS,



na opção Meus Saques, no celular, sem a necessidade de comparecer a uma agência.

Ao registrar a solicitação é possível indicar uma conta da Caixa, inclusive a Poupança Digital Caixa Tem, ou de outra instituição financeira para receber os valores, sem nenhum custo.

Caso o beneficiário não consiga fazer pelo aplicativo, será necessário o comparecimento em uma agência da Caixa. O trabalhador deverá estar de posse dos documentos exigidos.

### Resumo

Valor de Saque: máximo de R\$ 6.220,00 por conta vinculada.

### Solicitação pelo App FGTS:

Acesse o aplicativo e vá em “Meus Saques”.

Escolha “Outras Situações de Saques”.

Selecione “Calamidade Pública”.

Informe o município de residência e clique em “Continuar”.

Escolha a forma de receber o FGTS (conta bancária ou saque presencial).

Anexe os documentos requeridos.

Confirme a solicitação.

### Solicitação diretamente na agência da Caixa:

Comprovante de residência em nome do

trabalhador (emitido nos 120 dias anteriores à decretação da emergência).

Declaração da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (caso não possua comprovante de residência).

Documento de identificação do trabalhador ou diretor não empregado.

CPF.

CTPS física ou digital ou outro documento que comprove vínculo empregatício.

Mais informações podem ser obtidas no site da instituição, pelo App do FGTS, na Caixa ou na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.